



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 13 de abril de 2022 - Ata n.º 29.

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **29.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura**. O Sr. 2.^º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.^º 28, de 12 de abril de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.^º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Bom dia, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares e demais que visitam a Assembleia Legislativa. Sejam muito bem-vindos.



Mensagem: (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) Mensagem n.º 23/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 148/2022**), que altera dispositivos da Lei n.º 823, de 10 de dezembro de 1951, da Lei n.º 10898, de 22 de agosto de 1994, da Lei n.º 12726, de 29 de novembro de 1999, da Lei n.º 16944, de 10 de novembro de 2011, e da Lei n.º 17244, de 17 de julho de 2012, e dá outras providências.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 596/2022** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 149/2022**), que cria cargos em comissão e funções comissionadas para a chefia e o assessoramento de Magistrados do 1.º Grau de Jurisdição; **Ofício n.º 911/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 192/2022, do Deputado Tião Medeiros; **Ofício n.º 908/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 2895/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 909/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 5475/2021, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 907/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Universidade Federal do Paraná ao Requerimento n.º 5478/2021, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 910/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho ao Requerimento n.º 259/2022, da Deputada Cristina Silvestri; **Ofício n.º 938/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 7229/2021, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 943/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 7442/2021, do Deputado Professor Lemos e demais



Parlamentares; **Ofício n.º 936/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6937/2021, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 935/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Agência de Fomento do Paraná ao Requerimento n.º 6429/2021, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 923/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Sanepar ao Requerimento n.º 43/2022, do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 914/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho ao Requerimento n.º 313/2022, dos Deputados Coronel Lee e Soldado Fruet; **Ofício n.º 916/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2787/2020, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 931/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 6974/2021, do Deputado Plauto Miró; **Ofício n.º 929/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta do Conselho Estadual de Trânsito do Paraná ao Requerimento n.º 38/2022, do Deputado Boca Aberta Junior; **Ofício n.º 930/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 387/2022, da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 917/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 6865/2021, da Deputada Cristina Silvestri; **Ofício n.º 920/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 519/2022, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 934/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Sanepar ao Requerimento n.º 236/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 924/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Superintendência-Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao Requerimento n.º 334/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 940/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2216/2019, do Deputado Marcel Micheletto; **Ofício**



n.º 1518/2022 da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 731/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 553/2022** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes à liberação de recursos financeiros do FGTS, destinado ao Governo do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, o que tínhamos para o presente momento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Faremos a inversão dos horários e iniciamos com o Grande Expediente. Por proposição do Deputado Dr. Batista, o Grande Expediente desta Sessão será destinado para ouvirmos o pronunciamento do Médico Oftalmologista Dr. Hamilton Moreira, Diretor-Presidente do Hospital Médico de Olhos, que falará sobre a campanha *Abril Marrom*, que tem como objetivo conscientizar a população sobre a importância da prevenção de doenças que podem levar à cegueira. Anunciamos e agradecemos a presença do Dr. Hamilton Moreira, Diretor-Presidente do Hospital Médico de Olhos, que em seguida falará aqui; do Doutor Carlos Augusto Moreira; da Doutora Saly Moreira; da Doutora Heloisa Huss; Doutora Shayane Vitorazzi; Doutora Elisa Zinher; e Doutora Ana Rosa Colturato. Obrigado pelas presenças. Convidamos o Doutor Batista, que vai fazer o uso da palavra, para receber os nossos homenageados.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Deputado Doutor Batista e o Sr. Hamilton Moreira.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, Deputado Doutor Tercílio Turini; 1.º Secretário, Deputado Luiz Claudio Romanelli; 2.º Secretário, Deputado Gilson de Souza; Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. É uma satisfação muito grande estar aqui, hoje, com o Doutor Carlos Moreira. O Doutor Carlos Moreira que foi o pai da nossa oftalmologia, aqui no Estado do Paraná, com a Doutora Saly Moreira.



O Doutor Hamilton Moreira que faz um trabalho espetacular em todo o Estado do Paraná, um grande profissional da saúde. Temos aqui a Doutora Eliza Zinher – nome difícil –, a Doutora Ana Rosa. São pessoas que vieram, aqui, Sr. Presidente, em respeito ao Projeto de Lei n.º 155/2017, que institui o *Abri Marrom*, dedicado ao desenvolvimento de ações, que visam minimizar os graves efeitos provocados pela perda de visão. Senhor Presidente, como sabemos, há um desafio na Medicina. Sabemos, Sr. Presidente, que o glaucoma é pouco conhecido e quando se fala no nervo ótico, na destruição do nervo ótico, só especialistas mesmo na área para orientar a população, que existe no mundo, acreditamos nós, no Conselho Brasileiro de Oftalmologia, que mais de 70 milhões de pessoas que têm glaucoma ou até glaucoma congênito, que as famílias não sabem. Então, para falar nada mais do que o especialista da área. Convido aqui o Doutor Hamilton Moreira, muito preparado e qualificado, para todo o Estado do Estado aqui.

SR. HAMILTON MOREIRA: Obrigado, Doutor Batista. Cumprimento o Presidente da Mesa, Deputado Tercílio; Sr. Secretário, Deputado Luiz Claudio Romanelli; demais membros que compõem a Mesa; Doutora Eloísa Huss, Presidente da Associação Paranaense de Oftalmologia; Professor Carlos Moreira, representando hoje o Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Deputados e Deputadas aqui presentes; meus amigos. Prometo que serei breve, mas o assunto é importante. Todos estamos enxergando muito bem hoje. Vejo aqui no Plenário todos enxergando bem, mas nem todos os paranaenses estão enxergando bem hoje. Tem muitos paranaenses sofrendo da visão e o assunto é de extrema relevância e importância neste momento. A maravilha da nossa vida é que sabemos, justamente, que ela vai acabar. A maravilha da nossa vida é que um dia ela vai acabar, mas não sabemos nem quando e nem como. Justamente não saber como a nossa vida vai acabar é que faz com que tenhamos responsabilidades sobre a qualidade da vida. Lidamos com as pessoas e temos responsabilidade de



promover a qualidade da vida das pessoas. Promover a saúde ocular nada mais é do que promover a qualidade da vida das pessoas. Quando fui Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, trouxe ao Paraná a ideia de um dos nossos Conselheiros, Doutor Suel Abujamra, de implementar uma data que pudesse lembrar à população das dificuldades e das possíveis doenças que ameaçavam a saúde da visão, a saúde ocular da população. Trouxe essa ideia, o Deputado Doutor Batista abraçou a ideia, propôs ao Plenário que sabiamente aprovou e hoje em dia temos, então, o *Abril Marrom* que é uma realidade em nosso Estado. O *Abril Marrom* se destina a promover discussão e trazer informações à população paranaense para prevenir a cegueira. Quarenta por cento da atividade do nosso cérebro, desde o momento que o senhor acordou hoje, até o momento que vai dormir, são destinados 40% de energia gasta pelo seu cérebro, são destinados a metabolizar os processos das informações que vêm por meio da visão. Setenta por cento do que temos de relação com o nosso meio ambiente, 70% do que fazemos, hoje, aqui, na Assembleia, depende da nossa visão. Setenta por cento dessa nossa atividade do dia a dia depende da visão. Quando a Assembleia Legislativa traz informações sobre o glaucoma; quando a Assembleia Legislativa traz informação sobre a diabetes, que pode levar à cegueira; quando traz informações sobre a catarata, que ainda é a maior causa de cegueira reversível no mundo e no Paraná também, a Assembleia Legislativa está desempenhando a sua função social, está cumprindo com a sua responsabilidade. Vocês não têm ideia da tristeza que é a cena de uma pessoa sentada na mesa, na cadeira de exames, sabendo que em breve vai ficar cega, em breve é uma escuridão. O glaucoma leva à escuridão total. O pior ainda é a informação que os familiares trazem, eles perguntam geralmente escondido: *Doutor, se tivéssemos chegado há 10 anos, isso poderia ter sido evitado.* A resposta é sim. Acho que a única coisa de que precisamos é de informação. A informação é fundamental para prevenir o câncer de próstata, é fundamental para prevenir o câncer de seio, mas ela é



fundamental para promover a saúde ocular. Essas doenças são muito menos conhecidas em nosso meio. Os limites da vida são diversos, pessoal, vocês sabem disso. Os limites impostos pela sociedade, impostos pelo nascimento, nem sempre em classes abastadas, são enormes. Agora, os limites de uma pessoa que perde a visão são ainda piores, são ainda mais difíceis de enfrentá-los. É justamente dessa maneira que agradeço muito a oportunidade que a Casa nos dá hoje, a oportunidade que vocês apresentam para a oftalmologia paranaense, para poder levar essas informações, levar campanhas de prevenção da cegueira, levar a cirurgias de catarata, que agora o Governo do Estado está trabalhando com isso, com a demanda reprimida, para poder atender à população paranaense. Sempre fui acolhido nesta Casa com afeto, com carinho enorme, não só aqui no Plenário, mas por todos vocês em seus gabinetes. Tenho pessoalmente muito a agradecer a vocês, mas certamente a população paranaense tem muito a agradecer quando vocês aprovam o *Abril Marrom*, para promover a saúde ocular, para promover um fórum de discussão desses problemas, informações que possam diminuir o problema da cegueira em nosso Paraná. Muito obrigado pela atenção de todos. Um bom dia a todos vocês.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, quero agradecer mais uma vez ao Doutor Hamilton, ao seu pai, Doutor Carlos Moreira, à Doutora Saly, sua mãe, que realmente são os pais da oftalmologia no Estado do Paraná, sabemos do trabalho que ele faz. Essa exposição que ele fez para todo o Estado do Paraná, por meio da *TV Assembleia*, Deputado Romanelli, trouxe grandes informações e grandes conhecimentos, para que realmente cuidemos mais da visão também das nossas crianças, que podem ser congênitas também, que as



pessoas falam pediátricas, a avaliação que temos que fazer com as nossas crianças. Parabéns a toda equipe. Parabéns, Doutor Hamilton Moreira, pela brilhante exposição para todo o Estado do Paraná, trazendo brilhantes informações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Doutor Batista, cumprimentá-lo por trazer aqui este tema importante. Ficamos honrados com a presença dos nossos convidados, convidadas, especialmente do Doutor Hamilton, que tem uma história tão bonita na Medicina, em especial na oftalmologia.

DEPUTADO BAZANA (PSD): *Pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Quem pediu?

DEPUTADO BAZANA (PSD): Aqui, Deputado Bazana. Parabenizar o nosso Deputado Dr. Batista por esta iniciativa muito importante. Não sei se tem um fator, nós que fazemos parte do Lions, Doutor Batista, apoiamos muito a questão da cegueira no mundo inteiro. A cada 10 segundos uma pessoa fica cega no mundo. Então, é muito importante esse tema. Parabéns, Doutor Batista, e parabéns a todos os envolvidos nesse tema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vamos suspender os trabalhos por alguns minutos, para os cumprimentos dos nossos convidados.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Reabrimos os nossos trabalhos. Passamos ao Pequeno Expediente. Com a palavra, Deputada Luciana Rafagnin.



PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Luciana Rafagnin; Arilson Chiorato; e Galo.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Uso do espaço neste dia importante, um dia que está acontecendo mais uma jornada organizada pelos movimentos do campo e da cidade, movimentos que estão neste momento vindo, encaminhado da Praça Rui Barbosa até aqui o Centro Cívico, onde, a partir do momento da chegada, acontecerão várias audiências aqui, tanto no Palácio, ou seja, a entrega de documentos dessa marcha, a entrega de documentos para o Governo do Estado, para o Poder Executivo, Poder Legislativo e também para o Poder Judiciário. É uma marcha que está acontecendo pela jornada de lutas e que começou no dia de ontem, ontem à noite, com uma celebração ecumênica. Essa celebração aconteceu na Paróquia Imaculada Conceição de Maria, no Bairro Rebouças, e hoje pela manhã, então, a concentração a partir das 8h30 da manhã, uma concentração na Praça Rui Barbosa, e agora já encaminhada, onde os movimentos, e acredito que deve ter mais de 2 mil pessoas nessa caminhada, que está unindo o campo e a cidade na luta pelo direito, pelo acesso à terra e também ao teto e ao trabalho. O que esse movimento do campo e da cidade está buscando são as garantias de não ter despejo. Hoje temos cerca de 7 mil famílias que estão no campo, que estão sendo ameaçadas de despejo, famílias que estão acampadas, e temos mais de 4 mil famílias urbanas que estão na luta, na busca de um teto, e que também estão sendo ameaçadas de despejos. Então, essa jornada, que começou no dia de ontem e está agora nessa caminhada até o Centro Cívico, ela está reivindicando a questão de zero despejo, ou seja, nenhum despejo, para que as famílias possam continuar tendo seu teto, para que as famílias possam continuar trabalhando, para que as famílias possam continuar tendo acesso a terra e produzindo o seu alimento. Então, é esse o objetivo maior



dessa jornada. Temos hoje cerca de 400 mil famílias que já foram assentadas no País. Essas 400 mil famílias, Deputado Mauricio Requião, produzem o alimento que chamamos alimento de verdade, que vai à mesa do povo brasileiro, e essas 400 mil famílias têm condições de poder trabalhar sem estar nas grandes filas do desemprego, nos grandes centros nas cidades, porque foram assentadas. E é isso que buscam essas mais de 7 mil famílias que estão hoje acampadas no Estado do Paraná, que também estão lá produzindo, que também estão lá se alimentando, e que na verdade estão também gerando empregos, estão tendo condições de poder viver no campo, viver no campo produzindo alimento, alimento esse que no momento mais forte da nossa pandemia, na questão do coronavírus, as famílias, o movimento MST, trabalhou e vem trabalhando até hoje a questão da partilha, a questão de entregas de marmitas para as famílias que não têm alimentos. Então, hoje existe e está muito forte no nosso Estado do Paraná, também no nosso País, a questão da partilha que acontece, a solidariedade que acontece por meio do MST e que então compartilham o alimento por meio das marmitas que são servidas para as famílias que não têm alimentos. Essa questão do despejo que está acontecendo, que está sendo ameaçado, isso coloca em risco todo esse trabalho que vem sendo realizado então por essas famílias, coloca em risco e coloca também à mercê da nossa sociedade a questão de cerca de mais de 20 mil crianças, que no total dos 130 mil famílias que estão sendo ameaçadas de despejo no nosso País, dessas 130 mil famílias temos cerca de mais de 20 mil crianças abaixo de 12 anos, 130 mil famílias no perímetro urbano que estão sendo ameaçadas de despejo, e mais de 30 mil famílias do campo, isso falando em nível de País, falando em nível de Brasil... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Luciana Rafagnin, por favor, para concluir.



DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Mas aqui no Estado do Paraná são mais de 7 mil famílias no campo e mais de 4 mil famílias urbanas. Então, a marcha que está chegando aqui ao Centro Cívico está na luta e na defesa da terra, na defesa do teto e na defesa do trabalho. Então, a eles não só o nosso reconhecimento pelo trabalho, mas a nossa gratidão por estarem trabalhando, por estarem defendendo o que é justo e o que temos que cobrar, sim, dos Poderes, seja do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, que possam, sim, garantir que as famílias continuem tendo o alimento, continuem tendo o teto e continuem podendo ter acesso ao trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Tercílio Turini, bom dia ao senhor e a todos os Deputados e Deputadas. Começo o dia com uma triste notícia para o povo paranaense. Hoje, por volta das 6 horas, faleceu um caminhoneiro que praticou, infelizmente, envolveu-se em um acidente com a praça de pedágio em São Luiz de Purunã. Uma carreta trafegava no sentido a Curitiba e, por conta da praça não ser iluminada, bateu junto à cabine e veio a falecer. É a segunda pessoa que falece no mesmo local desde que os pedágios deixaram de existir no Estado do Paraná. A Liderança da Oposição, a Frente Parlamentar, todos os Deputados aqui estão preocupados com essa situação. Além dos acidentes também temos estradas esburacadas, tem rodovia com mato, tem sinalização precária. O que o DNIT colocou que iria fazer junto ao DER não está sendo feito. E, nesse impasse, de é o Estado e é o Governo Federal, as mortes estão acontecendo. É inadmissível que uma praça de pedágio no Paraná não tenha iluminação. Isso porque a Copel só teve 5,1 bilhões de lucro há duas semanas.



Ah, mas a responsabilidade é do Governo Federal. Antes disso as praças de pedágios estão no Estado do Paraná. Ficaram 24 anos sob a tutela do Estado. O Estado tem que cobrar do DNIT, cobrar a postura do DNIT. Entrar na justiça contra o DNIT. Não podemos ficar à mercê do empurra-empurra e as vidas do povo paranaense sendo ceifadas por esse processo. É lamentável. Quero, em nome da Bancada da Oposição, registrar o nosso sentimento a toda a família do rapaz de 30 anos que trabalhava lutando para ganhar o pão e teve a vida tirada por conta da má sinalização e iluminação da praça de pedágio. Até quando não existe o pedágio faz mal para o povo paranaense. É incrível como foi construído esse processo no Estado. E hoje, Presidente, além de falar desse fato, quero convidar todos os Parlamentares aqui presentes, a sociedade, a partir das 14 horas tem Audiência Pública sobre o pedágio. É um estudo técnico feito pela Universidade Federal do Paraná, por meio do ITTI, para apresentar estudos científicos sobre o modelo colocado pelo Governo Federal de pedágio no Estado. Não é um debate político, não é um debate do Governo, da Oposição, não é um debate de esquerda, da direita, nada disso. É o enfrentamento ao processo que temos que assumir como responsáveis aqui por todos os Deputados e Deputadas. E não poderia deixar de falar hoje de uma notícia que vem tomando cenário nacional, a mídia nacional. O Tribunal de Contas da União deve enviar boletos de 2,78 milhões para Janot, Dallagnol devolverem o dinheiro gasto na *Lava Jato*. Ou seja, parece que os mocinhos viraram outra coisa nesse processo. A *Lava Jato* ou a *Farça Jato* está sendo, a cada dia, desmoralizada. Dentre aqueles que pousaram no *outdoor* na entrada de Curitiba com a panca moralista, com a panca de justiceiros, boa parte, para dizer, quase todos, estão convidados, com boleto emitido, a repor os cofres da União. A *Lava Jato*, além de dar um prejuízo econômico pela responsabilidade com que fez os processos do País, quebrou a economia, o setor de engenharia de petróleo do País, agora vem, dia a dia, sendo desmontada. E a responsabilização desse pessoal tem que ir para além disso.



Dallagnol e sua equipe, para não usar outro termo, precisam pagar e recompor o que fizeram ao País. Um grupo que, com interesses políticos, fez prejuízos enormes à sociedade. Muita gente desempregada e passando hoje é por conta dessas atitudes impensadas, irresponsáveis e mediáticas. Chegou o momento de a sociedade fazer uma reflexão sobre o papel dos justiceiros. Ele, com Moro, representam o que é pior no Judiciário, o interesse político, em um poder que deveria ser isento... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arilson, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... imune, um Poder que deveria ser, perdão, imparcial, não ter lado político. Teve lado, criou o bolsonarismo, deu asas ao que há de pior hoje na política, deu asas aos fantasmas que viviam trancados em armários da população. Hoje, o machismo, o racismo, a homofobia, o preconceito, o ódio, graças às práticas como essas, estão na política. Até criaram condições de colocar um insano na Presidência da República. Temos que tomar cuidado. Não podemos deixar esse pedaço da história sem ficar registrado. A *Lava Jato* é responsável, com o atual Presidente, por grande parte da destruição da economia, da política, da saúde e da sociedade brasileira, mas tudo vem com seu tempo, inclusive a verdade. A *Farça Jato* será desmontada mais uma vez... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Meu prezado Dr. Turini, folgo em vê-lo mais uma vez na Presidência. Deputado Romanelli, membros da Mesa Diretora, nosso querido e novo Secretário que está aqui conosco também, fica falando que vai *cozinhar o*



galo em fogo baixo. Então, menininho, você pare com isso. Quero cumprimentar aqui as Deputadas. Quero cumprimentar também os que nos acompanham, neste momento, pela TV Assembleia. Aliás, aqui folgo em ver trabalhadores da TV Assembleia. Folgo em ver câmeras ao vivo, trabalhando, Romanelli. Que bom. Essa coisa de automatizado, Romanelli, não é bom, porque isso desemprega. Sabe por que estou falando isso? Porque quero falar do Porto de Paranaguá, meu prezado Romanelli. Senhoras e senhores, o que vou tocar agora é muito sério, é muito grave. Senão vejamos: para aqueles que não sabem, o Porto de Paranaguá foi construído pelos TPAs, que são trabalhadores portuários avulsos. Aqui você pode até ter uma ideia do que um trabalhador que é chamado vulgarmente de chapa, que fica nos pontos aguardando para descarregar uma carga. Lá em Paranaguá, muitos desses que hoje fizeram com que sejamos reconhecidos com um dos portos mais importantes do mundo. O Porto de Paranaguá é um dos portos mais importantes do mundo. Só que tem um detalhe: o nosso prezado Governador Ratinho Junior, sempre, desde o primeiro dia que esse jovem Governador assumiu o Poder Pátrio do Estado do Paraná, ele fala de emprego. O sonho do Governador Ratinho Junior é empregabilidade. É dar condições para o empresário e dar condições para que ele possa contratar. E todos nós aqui na Assembleia, se você pegar a nossa prezada e simpática Oposição, eles querem emprego. Aqueles que estão na Base, como o Galo está, querem emprego. Então, quero fazer uma pergunta a respeito do Porto de Paranaguá. Existem no Porto de Paranaguá os chamados berços. Talvez aqueles que não sabem do que se trata, seria o estacionamento do navio, chamados berços. O navio chega, aguarda o rebocador que vem, manobra e estaciona o navio no berço. Quando o navio é estacionado, imediatamente o trabalho desses trabalhadores, desses TPAs, entre em ação. Entram em ação também os conferentes, carga que entra ou carga que sai; ou carga que sai e carga que entra. Isso é emprego. Porém, dias desses, o fantasma do desemprego começou a rondar o Porto de Paranaguá. Senão



vejamos: já três estacionamentos, ou três berços, prezado Dr. Turini, o 208, o 209, o 211 sendo totalmente automatizados. Ok. Somos a favor da automatização. É necessário, sim, que a tecnologia esteja presente, mas não para desempregar. Não para fazer com que haja impacto para o Governo do Paraná e que tenhamos daqui uns dias aqui, na porta da Assembleia, mais de 3 mil trabalhadores desempregados, dizendo: *Queremos emprego, alô Assembleia! Queremos emprego!* Então, temos que acordar. Existe no Porto de Paranaguá – e quero recordar uma frase aqui, minha prezada Deputada Cristina, que o Governador Ratinho Junior disse dia desses e é muito forte essa frase quando ele falou – “Chega de olhar só para o mar, vamos olhar pela cidade”. Acredito eu, Líder do Governo, meu prezado Marcel Micheletto, que o Governador não tem isso na sua mesa, a visão de que haverá desemprego em massa no Porto de Paranaguá... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Galo, por favor, para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, quero usar o horário da nossa Liderança. Pedir autorização para o Deputado Tião que aqui se encontra, nobre Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pode usar o horário da Liderança do PP, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhoras e senhores, porque o que trago aqui hoje é gravíssimo e é muito grave quando começamos a imaginar que daqui a pouco um pai de família, não é um, são milhares ficarão desempregados dentro de uma cidade chamada Paranaguá, que é explorada, que é explorada de manhã, que é explorada de tarde, que é explorada à noite. Pelos grandes! Vou começar com um



grande, vou começar pela empresa chamada Rocha. Quero chamar a atenção dos proprietários ou do proprietário da Rocha. Irei até às últimas consequências para evitar que haja desemprego dentro do Porto de Paranaguá. Os senhores que comandam a empresa Rocha saibam que sou a favor da tecnologia, sou a favor da automação, mas não posso aceitar o desemprego do meu parnanguara, porque aqui é sangue parnanguara e aqui represento com legitimidade a minha terra de Paranaguá e o meu Litoral. E não há nenhum problema, Sr. Rocha, senhor gigante, o senhor pode ser gigante porque sou tão grande ou maior que você. O seu dinheiro não me assusta, porque estou Deputado e tenho aqui a credencial do povo paranaense. *Mas, Galo, você está espumando por quê?* Não, não estou espumando, não tomei veneno! Estou indignado. Estou indignado porque se temos um Governador que luta, que trabalha pelo emprego e que abre, faz de tudo para que as grandes empresas estejam sediadas no Estado do Paraná, como, por exemplo, que o Rocha, segundo informações que recebi, é que está promovendo, com outros gigantes, um futuro e grande grupo massa de desempregados em Paranaguá. Podem verificar! E gostaria de saber da presidência do Porto de Paranaguá, dos diretores de Paranaguá, se isso é verdade. E se é verdade, é necessário que se divulgue. Esta Casa de Leis tem que tomar conhecimento, tem que tomar conhecimento de um caos que poderá acontecer se os TPAs, trabalhadores portuários avulsos, forem demitidos pelo Porto de Paranaguá por meio da empresa Rocha. Senhor proprietário da Rocha, quero convidá-lo para que V.S.^a venha até a Assembleia Legislativa para que o senhor possa explicar a esta Casa de Leis qual é a solução que poderemos apresentar para os TPAs. Senhoras e senhores, os TPAs estavam lá desde a construção do primeiro alicerce; os TPAs estavam lá! O meu tio-avô estava lá, negrão de dois metros de altura com umas costas “deste tamanho” porque carregava saco na cabeça! Acham que é fácil pegar um saco de 60, 70, 80, 100 quilos, jogar nas costas e tombar? Talvez vocês da Rocha não saibam disso,



porque vocês são poderosos financeiramente. Nada contra o dinheiro de vocês, nada contra as decisões de vocês de automatizarem, mas não pode ser esquecido o homem, não pode ser esquecida a mulher, não pode ser esquecido o trabalhador, não pode ser esquecido que a terra de Paranaguá lhe deu dinheiro, sim, senhores, da Rocha e outros tantos! Faço como o Governador do Estado do Paraná, Governador Ratinho Junior, que diz: "Viramos agora para a terra, chega de olhar só para o mar." Então vocês vão entender: o navio encosta e quem entra em ação são os trabalhadores portuários avulsos. Com a automação, o navio para, vai abrir a porta e aí o robozinho vai já jogar em cima da esteira, a esteira vai *tum-tum-tum*, *tum-tum-tum-tum*, ou vai ser assim *rurruurruu-tum* e vai lá para dentro do armazém. E o trabalhador vai para onde? Como é que o trabalhador vai pagar o aluguel da sua casa ou então vai pagar os impostos? O trabalhador vai sentar na frente da Rocha, por acaso? Não! Porque o trabalhador é humilde. Neste País, o trabalhador é massacrado de manhã, de tarde e de noite, mas aqui no Estado do Paraná, o Ex.^{mo} Governador Ratinho Junior tem pregado sempre isso, senhoras e senhores, o Governador tem empregado que ele quer emprego, ele quer emprego, ele quer emprego para o seu povo; ele quer dar emprego para o seu povo. Então, tem que ter uma explicação do Rocha. Estarei fazendo um documento... Não sei se vou fazer um documento para o Rocha, que ele é capaz de rasgar e jogar na gaveta! Vai dizer: *Deputado Galo? Quem é esse Deputadinho aí? Um tal de Galo? Esse negrinho aí, ele é pobre, qual é o grupo dele? Deixa eu ver. Ah, não vai a lugar nenhum! Cai para dentro pra vê!* Pode cair pra dentro, senhor empresário, proprietário da Rocha. Quero dizer que estarei visitando, sim, o Porto de Paranaguá e quero saber da diretoria do Porto de Paranaguá que me expliquem essa preocupação que me chega aqui, na Assembleia Legislativa, dentro do meu gabinete, que vai começar a preparação do desemprego no Porto de Paranaguá, que será uma das maiores desde a sua existência. Não aceito isso! O Porto de Paranaguá não pode mandar para a rua os TPAs. O Porto de



Paranaguá não pode tirar os conferentes de lá. Para fechar, Sr. Presidente, quero ficar com a frase do Ex.^{mo} Sr. Governador, em quem acredito. O Governador Ratinho Junior sempre prega, sempre diz: “Vamos parar de olhar só para o mar, vamos olhar para a terra”, para se cumprir. Tenho certeza de que o Governador do Estado do Paraná não está sabendo dessa operação. Gostaria que a diretoria do Porto de Paranaguá se pronunciasse. Recebi o vídeo, recebi vídeos mostrando que está quase pronta a automação no berço 208, 209 e 211. São diversos trabalhadores que já não precisam mais estar lá. Quem diria, hein, quem diria? Lá atrás, quando era um jovem, ainda, iniciante da minha profissão de jornalista, de radialista, assisti à automação do setor automobilístico e, naquela ocasião, acompanhei o meu País, o Brasil, ficar com milhares e milhares de trabalhadores desempregados. Parecia nada, mas até hoje eles não se recuperaram e já se passaram mais de 20 anos. Mais de 25 anos. Viva a tecnologia! Viva a tecnologia, viva, mas não esqueçam, prezado Dr. Turini, do ser humano, do trabalhador que precisa formar seus filhos, que tem que colocar os seus filhos para tocar a vida. Mas se não tiverem emprego, como ficarão? Como pagarão o aluguel de suas casas, que, aliás, para encerrar, falando de casa – esse sistema financeiro bancário é outra desgraça neste País, meu prezado e querido Marcel Micheletto, que fazem aí em 380 vezes: morre o pai, morre o filho, morre o avô e não paga a casa. Marcel, quero lhe dizer uma coisa: tenho o maior respeito, o maior carinho pelo meu Governador Ratinho Junior, tenho orgulho dele, sou um defensor do Governador. E quero que V.Ex.^a saiba que também aqui nesta Casa sou um defensor de V.Ex.^a, da maneira como o senhor toca aqui. Tenho certeza, Marcel, de que estaremos ladeando, estaremos lhe apoiando par e passo, basta V.Ex.^a dizer: *Necessito, preciso*. Estaremos marchando juntos. Vossa Excelência é muito preparado. Ontem, no seu discurso, V.Ex.^a parou a Assembleia, como poucos conseguem fazer. Grato. Sucesso. Você é um jovem. Tem uma bela assessoria.



Tenho certeza de que tudo dará certo e o Governador acertou. Senhor Presidente, vida longa, Presidente Turini! Grato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registrados a presença na Casa do Prefeito de Ribeirão Claro, Sr. João Carlos Bonato, e da Primeira-Dama e Secretária de Assistência Social, Sr.^a Elisângela Paschoal Bonato, por solicitação do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Obrigado pelas presenças. Horário das Lideranças. Com a palavra, Deputada Mabel Canto.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Mabel Canto (PSDB), Tadeu Veneri (PT); Marcel Micheletto (Governo); e Requião Filho (Oposição).

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia, Deputadas, Deputados, a todos que nos assistem. Também quero falar aqui, hoje, sobre a questão dos pedágios, Deputado Arilson, sobre o fato que o senhor já comentou aqui nesta tribuna. O pedágio era caro? Era. Sabe o que é caro também? A incompetência, a omissão, a irresponsabilidade e, principalmente, a politicagem, Deputado Arilson. Mas sabe o que é mais caro? É a vida dos usuários que transitam nas estradas do nosso Estado. E o valor dessas vidas é imensurável. Como já foi comentado ontem, um caminhoneiro de 30 anos acabou falecendo em um acidente ao colidir com as muretas do pedágio de São Luiz do Purunã. Trinta anos, um trabalhador. Não é a primeira vez que isso acontece. Isso por conta do quê? Da falta de sinalização, da falta de iluminação, e digo isso porque passo todos os dias por ali para vir aqui para a Assembleia, para voltar para minha casa em Ponta Grossa. Todos os dias quando passo, por volta das 19 horas, depois, está tudo apagado. É difícil de passar por ali. O trânsito está intenso, principalmente de caminhões, e nada de iluminação. Passamos assim, cuidando para evitar um acidente. Mas não é somente a questão da sinalização



que quero falar aqui, e falar de novo, Deputados, porque no ano passado, ainda em maio do ano passado, fiz um Requerimento para a Seil perguntando justamente sobre a manutenção das estradas, de como ficaria a questão do socorro, 30 de maio do ano passado. Na época, foi-me respondido que estavam conversando com o Governo Federal para ver, para planejar o que iriam fazer. Neste meio-tempo em que se acabaram os pedágios e que se abriram as cancelas, tivemos outras mortes, Deputado...

Deputado Tadeu Veneri (PT): Permite um aparte, Deputada, na sequência?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Já lhe concedo, Deputado Tadeu. Ali na Ponte do Tibagi, há dois meses, Deputado Tercílio, uma família inteira, um caminhoneiro com a esposa e quatro filhas perdeu a vida em um acidente ali. E o socorro, o socorro para fazer aquele atendimento veio do Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa. Estamos naquele ponto ali há 40 quilômetros de Ponta Grossa, mais ou menos em torno de 20, 25 minutos para o Corpo de Bombeiros chegar ali. *Mas, Deputada, talvez não chegassem... não conseguissem salvar!* Mas o socorro tinha que chegar antes. Como chegava antes, porque as ambulâncias ficavam nos postos de atendimento na rodovia, mas hoje não estão mais, Deputado Tadeu. Hoje, o Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa tem que cobrir toda, praticamente toda a nossa região com o socorro. Desguarnece o município e ainda tem que enfrentar, andar vários quilômetros para atender às ocorrências. Os bombeiros fazem o que podem, mas, infelizmente, não conseguem chegar a tempo. Aqui também, esses dias, no posto Ravanello, onde tem a placa que está a 50 quilômetros de Curitiba, também demora para o atendimento chegar, e uma avó e uma neta acabaram perdendo a vida. Isso se chama irresponsabilidade, porque faltou planejamento do DER junto ao DNIT. E aí quando você pergunta ou perguntava para o então Secretário Sandro Alex sobre o que estava acontecendo,



ele dizia: *Não, mas não é responsabilidade agora do DER, é do Governo Federal. É o DNIT que tem que cuidar das praças e das estradas.* Mas como é que para colocar uma placa ali na praça de pedágio desativada, dizendo que o pedágio injusto acabou, aí é competência do Governo? Aí o Governo pode bancar uma placa de publicidade com a logo do Governo? Daí é competência. Aí é competência do Sandro Alex, porque ele na verdade sempre foi um marqueteiro. É isso que ele era à frente da Secretaria da Infraestrutura e Logística. Um marqueteiro, politiqueiro, incompetente, que não cuidou das novas concessões, que queria enfiar *goela abaixo* dos paranaenses aquele modelo de pedágio que tanto debatemos aqui e que conseguimos segurar, e que ainda não planejou o que aconteceria nas nossas estradas durante esse intervalo que não temos as concessões de pedágio. Concedo-lhe um aparte, Deputado Tadeu.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Obrigado, Deputada Mabel! Deputada Mabel, Gabriel García Márquez, colombiano que foi Prêmio Nobel na América Latina, tem um livro muito interessante, que é *Crônica de uma morte anunciada*. Diria que o pedágio é a crônica de um crime anunciado. As duas praças entre Curitiba e Ponta Grossa e a praça de Irati não têm as luzes acesas à noite. As demais praças, em sua maioria, têm. O que não dá para entender é que a 277, que vai a Foz do Iguaçu, tem duas praças sem que as luzes sejam acesas e as demais, ou pelo menos parte significativa delas, estão acesas. Tem uma praça próxima a Ponta Grossa, já na entrada da sua cidade, que também não está... as luzes não estão ligadas, mas, até Maringá, outras estão ligadas. O que explica isso? Então, digo que é crônica de um crime anunciado. A avaliação que faço, Deputada, e posso estar muito errado, é que o Governo está deixando que as rodovias se deteriorem a tal ponto que quando chegar a hora de fazer o pedágio, Deputado Romanelli, as pessoas vão dizer: *Venha o preço que vier. É melhor do que a buraqueira que já estamos enfrentando.* Quem vem à noite de Irati para cá ou



quem vem à noite da Lapa para cá sabe do que estou falando. Estão deixando que as rodovias se deteriorem, como fez Jaime Lerner. Daqui a Paranaguá não era possível, não era possível trafegar tamanha era a quantidade de buracos, até que chegou o bendito pedágio. Aí todo mundo: *Não, é melhor um pedágio caro do que uma rodovia que arrebenta pneu, arrebenta eixo, causa mortes.* É isso que está acontecendo. O Governo do Estado é responsável, sim. O Governo do Estado tem corresponsabilidade nisso. O Governo do Estado sabe que quando fez o acordo com o DNIT, havia, da parte do Governo e do DER, incumbências, inclusive todas as audiências feitas aqui, Deputado Romanelli, apontaram isso. Não adianta *tirar o corpo fora* agora. E acredito, não sei o que acontecerá porque o acidente que ceifou a vida desse rapaz não é o primeiro e não será o último. Há que se fazer um processo contra aqueles que têm responsabilidade por manter e são corresponsáveis também por manter a rodovia em condições de trafegabilidade, afinal foram 10 bilhões cobrados acima do que seria já um roubo e agora crime anunciado. Vão deixar as rodovias, até o final do ano, em um estado tão deplorável, tão deplorável, que vai chegar uma hora em que pessoas vão bater às portas do Governo do Estado e do Governo Federal pedindo para colocar a qualquer preço para recuperar as rodovias. Quem vai ganhar? A CCR de novo. Não tenham dúvidas disso! Infelizmente, como falei, é crônica de um crime anunciado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputada Mabel, permite um pequeno aparte?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Permito, Deputado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): O tempo está sendo esgotado, mas o tema que a senhora está tratando da tribuna é da maior relevância. Indiscutivelmente estamos com um problema gravíssimo, já requeremos aqui,



apresentei um requerimento, já falei sobre este tema, cobrei das autoridades, do DNIT. O DER, via de regra, está mantendo as praças de pedágio que estão nas rodovias estaduais sinalizadas no período noturno; as rodovias federais, via de regra, estão com as praças de pedágio não sinalizadas, está tudo desligado, e em algumas inclusive já houve o roubo do cabeamento, do fio e esse é um problema inclusive que tem nisso. O fato concreto é que essas praças de pedágio, o correto... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Um minuto para concluir.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Só concluo. O certo dessas praças era terem sido desmanchadas e a rodovia ser restabelecida ao estado original, com a segurança do usuário. Essa não foi a primeira morte e não será a última. A situação é muito grave e as autoridades têm que tomar as providências. Não dá para fazer de conta que o problema não existe, ele é muito grave e coloca em risco todo mundo. As praças de pedágio apagadas são justamente o maior risco que o usuário de rodovias está correndo hoje. Parabéns por ter abordado o tema da tribuna.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Som para a oradora.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para concluir, Presidente. Agradeço os apartes. Acho que realmente o Governo do Estado precisa intervir nesta questão, apesar de dizer que a competência é do DNIT. Não se pode jogar a responsabilidade! Já jogamos a responsabilidade na entrega das estradas federais quando as devolvemos para o Governo, entregamos as nossas estradas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Para concluir, Deputada.



DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para concluir. Entregamos também as nossas estradas estaduais. Chega de jogar a responsabilidade! Não basta simplesmente abrir as cancelas em ano de eleição, as pessoas querem estradas seguras de verdade para trafegar. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Deputada Mabel, como V.Ex.^a já colocou aqui, ficamos nos perguntando, o Deputado Romanelli, assim como fez também o Deputado Arilson, certamente há soluções para isso, Sr. Presidente. Há soluções para isso! Não há que se esperar mais um ano para que o DNIT, ou seja lá quem for, coloque minimamente... Estamos falando de energia elétrica! Ah, os cabos, como disse o Deputado Romanelli aqui, já foram roubados, o cabeamento já foi roubado uma vez e é bem provável que tenha sido mesmo, porque não há nenhuma segurança naquele espaço. O que impede que se tenha inclusive segurança patrimonial? Segurança patrimonial. Será que a Assembleia Legislativa tem que destinar mais 2 milhões, Deputado Romanelli, para que o Governador possa pegar esses 2 milhões e colocar lá? *Ah, não pode porque é do DNIT.* Há impeditivo legal para que se coloque? Não sei. Não sou dessa área e não vou emitir opinião porque seria leviano, mas é óbvio que há que se encontrar uma solução. Talvez a solução mais trágica neste momento, que não vai acontecer, espero que não aconteça, seria os caminhoneiros trancarem todos os pedágios, até que se tivesse iluminação. Não tenho dúvidas, Deputado Requião, de que se trancassem todos os pedágios do Paraná até que os pedágios tivessem iluminação, em dois dias estaríamos com esses pedágios iluminados. *Ah, mas não pode, porque é um problema que tem que misturar DER com DNIT com...* Ué, mas soluções às vezes são necessárias



em momentos de crise e este é um momento de crise. Espero que o Governador Carlos Massa não aguarde a próxima vítima para tomar providências. O Governador muitas vezes tem dito que faria intervenções em determinados segmentos se necessário fosse. É necessário, Governador. É necessário!

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Pois não.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Aproveitando o seu questionamento, acabei esquecendo-me de perguntar: Cadê as ambulâncias que eram da RodoNorte, que eram das concessionárias que seriam devolvidas ao patrimônio do Estado, que seria feita uma contratação...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Emergencial.

Deputada Mabel Canto (PSDB): ... para que elas estivessem circulando? Onde estão essas ambulâncias?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): São essas perguntas, Deputada Mabel, que fazemos aqui. Volto a insistir: O que vão esperar? Primeiro que a rodovia se deteriore, desmanche-se; aí, quando não tiver mais nem como passar pelo acostamento, aí, sim, vão dizer: *Olha, estão vendo, não tem pedágio, o jeito é que a rodovia tenha que ser recuperada à custa de um pedágio caro.* Mas não tem um tal de imposto que se paga sobre propriedade de veículo automotivo, alguma coisa assim, quando se fala em emplacamento, Deputado Requião, que é para a manutenção de rodovias também? Não vou entrar em detalhes, como falei, porque não sei exatamente quais medidas, mas eu mais uma vez digo que não se pode... aliás, Brecht dizia isso, acusam um rio, Sr. Presidente, de violento quando ele transborda das suas margens e arrasta tudo o que tem pela frente, casas,



animais, árvores, tudo o que estiver pela frente ele leva. Acusam o rio de violento quando isso acontece, mas ninguém acusa de violentas as margens que o aprisionam por milhares de anos. Vai chegar o momento em que talvez a população, Deputado Arilson, seja acusada de violenta porque irá fechar o pedágio. *Ah, isso é coisa de baderneiro!* Ué, mas e os bilhões de lucro foram para onde? E os valores que o Ministério Público disse que, por um tal de *compliance*, que não sei o quê, fez isso e fez aquilo, voltaram para o Estado, foram para onde? Até que alguém se arrebente... Esse era um motorista que o senhor não sabe nem o nome, Deputado Arilson, a Deputada Mabel não sabe o nome, não sabemos o nome. Vamos esperar o quê, que haja um Deputado que morra ali? Que seja a comitiva do Governador, seja o Prefeito, seja um Desembargador? Aí será uma comoção estadual, como foi várias vezes aquele processo, que aliás o Deputado Pacheco apresentou um Projeto para que fossem minimizados os estragos, quando fazia o pare e siga. Lembra-se disso, Deputado Romanelli? Quando morreram os filhos de um empresário, filha e filho, de 12 e 8 anos, dentro do carro de um empresário de comunicação aqui do Paraná. Foi uma comoção, porque realmente é uma comoção. Enquanto for um *Zé Ninguém*, infelizmente, os ninguéns da vida parece que não chamam a atenção. Falo isso porque, volto a dizer, é responsabilidade do Estado. Aliás, falamos isso ontem, Deputado Micheletto, quando o Deputado Micheletto, daquela tribuna, falou que não havia como fazermos todas as críticas porque o Governo tem muito o que fazer e é muito difícil administrar o Estado. Acredito que seja realmente difícil administrar o Estado e para isso que existem eleições! Quem ganha vai para o Governo, quem perde vai para a Oposição. E o papel da Oposição não é ser Governo! O Deputado Marcel, que é Líder do Governo, sabe disso! O papel da Oposição não é ficar passando a mão na cabeça do Governo, é denunciar as coisas erradas, ainda que isso às vezes incomode. Mas eles têm que ser incomodados quando as coisas não acontecem, como aconteceu com a Copel agora! O Tribunal de Contas



do Estado mandou afastar membro do Conselho Fiscal da Copel. Por quê? Primeiro tivemos o caso da Copel Telecom, que o Presidente da Copel Telecom, que viria a esta Casa, por dois anos nos enrolou. Por dois anos! Enrolou o Ex-Líder do Governo. Por dois anos, nunca apareceu! *Ah, não vamos convocá-lo porque é melhor convidá-lo, porque é deselegante fazer na forma de convocação.* Esta Casa não cumpriu o seu papel, ficou de joelhos aguardando, esperando e está esperando até hoje. Hoje ele não virá mais. Por quê? Porque hoje ele é Diretor da Copel Telecom, que não tem mais esse nome, que é a empresa que comprou a Copel por 2,5 bilhões. E agora vemos que um dos diretores da Copel, que foi vendida por 2,5 bilhões, a Copel Telecom, foi afastado. Por quê? Porque esse profissional que foi reeleito para o período 2021-2023 como membro dos Conselhos Fiscais da Copel Holding e de suas subsidiárias, Harry Françóia, atua nos autos – tenho o número dos autos aqui e não vou precisar ler – da 3.^a Vara Cível de Cascavel como administrador e como advogado da massa falida Ferrovia do Paraná, Ferropar, empresa em face da qual a Estrada de Ferro Paraná Oeste, Ferroeste, que possui o Estado do Paraná como seu acionista majoritário, formulou pedido de falência por conta de créditos milionários não honrados. Diante do conflito de interesses, de estar como Diretor da Copel e estar também como advogado de uma empresa que deve para o Estado, a decisão do Conselheiro Relator Ivens Linhares, publicado em 23 de março de 2022, ordenando, providenciam o afastamento do Sr. Françóia. Ora, não somos nós que estamos fazendo isso, é a Copel que não faz. A Copel ainda tem um prazo para obviamente se defender e espero que o faça, mas a Copel também agora está sob investigação do Ministério Público, que vai investigar a venda da Copel Telecom e a nomeação do diretor. A venda da Copel Telecom foi concluída em agosto do ano passado, pelo montante de 2,5 bilhões. A subsidiária tinha sido arrematada pelo Grupo Bordeaux Participações, em novembro de 2020, na Bola de Valores. Aqui, um parêntese, o curioso, o curioso disso é que a Copel Telecom foi vendida



porque era uma empresa que não tinha condições de concorrer no mercado, segundo, inclusive, o Governador Massa falou, e a mesma Copel Telecom que não tinha condições, era a Copel Telecom que continuou, depois de vendida, recebendo assistência, Deputado Requião, da Copel. Ora, não tem competência para concorrer, mas tem competência para dar assessoria para aquela que foi vendida por ela mesma. E, pior, não tem competência, mas depois é feito o contrato com o Governador Carlos Massa, o Governador Carlos Ratinho Massa Junior, para que essa mesma empresa incompetente passe a prestar serviço para o Estado. Que lógica é essa? Como sempre falo: *Não acredito em bruxas, mas que existem, existem, que 'las hay, las hay'*. Porque você vender uma empresa superavitária, vender uma empresa que tem 42 mil quilômetros de fibra, vender uma das melhores empresas de telecomunicações, dizendo que ela é deficitária e que não presta e depois recontratá-la? Fica a pergunta. Na época, o Governo do Estado informou que os recursos da venda da Copel Telecom seriam investidos no crescimento da companhia, com foco na geração e transmissão de energia elétrica, mas os Promotores do Patrimônio Público vão se debruçar em uma denúncia sobre a distribuição de lucro, isso porque a companhia, ao ter aprovado um repasse e mais de 1,5 bilhão, um bilhão e 200 milhões em dividendos aos acionistas, coisa que já foi feita. Para encerrar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Tadeu, para encerrar.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Fica aqui uma pergunta: a Copel é a melhor empresa que temos no Estado do Paraná ou é uma das melhores empresas. Nela foram investidas centenas de milhões ou bilhões de reais. A Copel tem bilhões de lucro. A Copel no Governo Ratinho vai vender, já disse que vai vender a Compagas, já está se desfazendo, vendeu a Copel Telecom, vendeu parte das



eólicas, está vendendo parte que, aliás, disse que iria aplicar na geração e está colocando já publicamente que irá vender a Usina de Foz de Areia, a segunda maior geradora de energia elétrica, Deputado Homero, do Sul do Brasil. *Mas que diabo?* A Copel vende a Copel Telecom para investir em geração e vai vender a segunda maior geradora de energia elétrica, a sua maior geradora porque não tem recursos para comprar. Por quê? Porque o dinheiro foi para os acionistas. O dinheiro *babau*, acabou.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Delegado Jacovós. Declina. Passamos então ao horário da Liderança do Governo. Com a palavra, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. A minha fala inicial aqui, acima de tudo, é fazer uma lembrança. Hoje faz um ano da passagem de um grande homem da nossa região, Ex-Prefeito de Toledo, um exemplo como Prefeito, uma referência, um dos melhores Prefeitos que tivemos do Brasil, que esteve nesta Casa, aqui, o Schiavinato. O Schiavinato foi um homem exemplar, dedicou a sua vida ao serviço público, foi uma referência, ajudou-me muito quando fui Prefeito em Assis Chateaubriand. Esteve nesta Casa, debateu pautas importantes, elegeu-se Deputado Federal. Há um ano perdemos o Schiavinato pela Covid. Então, aqui, meus sentimentos à família, ao povo de Toledo, que tinha no Schiavinato como um líder. Falar um pouco também da viagem que o Governador fez a Brasília, está chegando hoje, esteve com o Ministro de Infraestrutura, Marcelo Sampaio. Falou de vários assuntos de obras estruturantes aqui do Estado. Temos também aqui hoje a própria resposta da Ferroeste, que queremos posicionar a Oposição. Dizer da importância desse projeto para o setor produtivo, principalmente, para a região Oeste, para as nossas cooperativas, a participação, hoje, aqui, o próprio Deputado Arilson fez o



convite, com o Deputado Romanelli, para a Audiência Pública com relação aos pedágios. Acho importante a posição da Assembleia Legislativa, de trazer sugestões, de ouvir o setor produtivo, de um tema que é de suma importância do nosso Estado. Vejo aqui alguns comentários com relação ao próprio pedágio, a fatalidade que tivemos aqui ontem com um caminhoneiro. Vou dar um testemunho pessoal aqui com relação a esse tipo de assunto. Em 2008, a minha mãe se acidentou de carro, em uma rodovia pedagiada e está vegetativa até hoje. Faz 13 anos que a minha mãe não toma um copo de água e se alimenta por sonda. Em 2008, em uma rodovia pedagiada. Não subi aqui para me vitimizar sobre esse tema. Em 2012, um dia antes do meu filho nascer, perdi o meu pai em um acidente de carro. O sepultamento do meu pai era no dia da cesárea da minha esposa, que tive que passar para outro dia. Então, minha gente, não vamos colocar aqui que é Governo “A”, “B” ou “C” que têm culpa dos acidentes. O que será que aconteceu com o motorista ontem? Estava correto? Estava cansado? Tem-se que fazer alguns avanços, algumas melhorias, não é agora dizer que é o Governador Ratinho Junior, que é o Secretário João, a Maria ou o José que têm culpa nisso. De 2008 até hoje tenho a minha mãe vegetativa em cima de uma cama, que só mexe os olhos, em uma rodovia pedagiada. Tivemos outros governos que deixaram de avançar nos percursos de duplicações. Quantas vidas foram ceifadas? Agora, querem dizer que João ou Maria, ou José dentro do Governo que têm culpa. Perdi em uma PR, um dia antes de o meu filho nascer, o meu pai, no exercício da sua função. Por isso, gente, que não dá para ficarmos fazendo teatro aqui, tentando jogar nas costas de pessoas, de autoridades, essa culpa. Por favor, minha gente, não era esse o tema que queria vir aqui falar. Queria falar de avanço que estamos tendo do *Voe Paraná*, de tantas obras estruturantes que estão acontecendo, mas tem horas que me deixam triste, de as pessoas aqui subirem à tribuna e ficarem tentando jogar para cima de outras pessoas a culpa que não são delas. Dizer que quero participar, sim, Deputado



Romanelli, Deputado Arilson, dessa tratativa das audiências públicas da questão do pedágio, é importantíssimo. Fico feliz ao ver aqui a própria Oposição, pessoas capazes, como disse, ontem, inteligentes, para estruturamos, sim, uma nova concessão que seja decente para o povo paranaense, para o setor produtivo, para o agro e para o povo do Estado do Paraná. Está bom? Muito obrigado. Vamos tomar cuidado mais uma vez, como peço aqui para não tentarem vitimizar e levar para o campo político alguns assuntos que não merecem tantas respostas.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Lógico, Nelson.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Olha, Deputado, quero parabenizar V.Ex.^a pelas colocações e dizer da preocupação que todos temos com o pedágio, dos problemas enfrentados nas rodovias, sabíamos que isso ia acontecer, pagávamos um preço absurdo no pedágio e, lógico, esse dinheiro ia para a recuperação de rodovias, ia para o bolso das concessionárias, mas, enfim, hoje temos uma realidade, graças a Deus não temos pedágio, não foram prorrogados os contratos, e temos a oportunidade, sim, de fazer um novo pedágio, com um preço acessível, com um desconto bom para o consumidor, que tenhamos aí uma redução no mínimo de 60% do preço que pagávamos lá no passado, mas sabemos que esse processo é moroso. E todos soubemos que as rodovias paranaenses, 2 mil quilômetros são de incumbência do DNIT, a 277, tantas outras, são incumbência do DNIT, o Governo do Estado, claro, está apoiando, está preocupado com essa situação, o DER está preocupado, mas sabemos da dificuldade que o Governo do Estado tem até de investir nessas rodovias federais porque fica na contramão da lei, mas o usuário que está transitando, lógico, ele precisa de uma rodovia de qualidade, inclusive acho que temos que cobrar mais do DNIT para que eles façam as operações de recuperação da rodovia, sinalizem a rodovia, melhorem o



acesso ao pedágio. E claro, a sinalização do pedágio nas praças existentes hoje, porque não tem mais pedágio, elas são muito claras, a mil metros de distância você já tem placas dizendo que você está chegando a uma praça de pedágio, reduza a velocidade. Claro, às vezes alguns também, por falta de visibilidade, ou neblina, acabam se perdendo e acontece um acidente, como aconteceu esse último que foi uma fatalidade. Mas, enfim, são situações que temos que enfrentar, e somente os homens de coragem, as pessoas de coragem é que enfrentam essa situação. O Governador está tendo muita coragem, muita determinação, não prorrogou os contratos, que foi muito bom para os usuários do Paraná, hoje estamos transitando de forma gratuita pelas estradas, e com certeza haveremos de no futuro ter um pedágio justo, com obras, beneficiando a população do Paraná. Obrigado pelo aparte e parabéns pelas colocações.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Eu que agradeço, Nelson. É bem isso, acredito nisso, não tem como o Estado do Paraná assumir todas essas rodovias. A questão da manutenção agora não é do Governo do Estado, temos aí o DNIT que tem que tomar as suas providências, lógico que é importante sinalizarmos aqui as nossas preocupações, mas acho que teremos novas concessões que vão avançar, e que lógico que temos que ter o cuidado, e por isso das audiências públicas para que possamos colaborar para que tenhamos a melhor concessão possível para o nosso povo paranaense. Agradeço. E, lógico, quero até desculpar com a minha emoção, porque não é fácil amadurecer na dor como tenho feito todos os dias ao lado da minha mãe, que passou por essa fatalidade em uma estrada pedagiada, em 2008, e perdi o meu pai no dia do meu filho nascer, e por isso que quando fala de trânsito, mexe com a nossa emoção. Obrigado.



SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registramos a presença na Casa do Presidente da Câmara de Vereadores de Palmas, Sr. Adilson Almeida, e do Vice-Presidente, Sr. Marcos Gomes, por solicitação do Deputado Paulo Litro. Obrigado pelas presenças. Horário da Liderança da Oposição, com a palavra Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, caros Deputados. Ontem, Deputado Romanelli, alguns discursos aqui da Casa pediam civilidade, pediam cortesia, pediam impessoalidade, e me estranhou na sequência quando o Líder do Governo subiu à tribuna e em vez de rebater as denúncias de maus-tratos do dinheiro público dentro da Ferroeste, em vez de explicar os 17 bilhões de incentivos fiscais para empresas que não conhecemos, em vez de entrar no assunto da crise da segurança pública, ele dedicou 10 minutos da Liderança do Governo para falar do meu pai. Tomou cuidado de não citar o nome, mas exemplificou o meu pai fala após fala. Antes de ele falar, teve um Deputado que falou que o Líder do Governo poderia ser padre de tão calmo que ele é, mas imagino que ele estava nervoso ontem, porque se acordasse com o meu nome e a minha foto nos jornais, acusado de ter aqui cinco funcionários fantasmas na Casa, também estaria de mau-humor, Deputado Micheletto. Mas isso cabe agora a Casa e ao Gaeco, não a mim. Mas está lá, está no Gaeco. Também estaria de mau-humor, também iria atrás do pai dos outros, mas não foi a primeira vez que o senhor foi atrás do meu pai, Micheletto. Vossa Excelência, quando o seu pai morreu, um grande Deputado, diga-se de passagem, que foi amigo do meu pai e teve as suas diferenças, porque nem o meu pai e nem o seu eram perfeitos, o senhor foi ao gabinete do Requião, sentou à mesa com o Requião no Senado – e eu estava sentado dentro do gabinete – pedindo, pedindo ajuda para ser candidato a Prefeito da cidade de Assis Chateaubriand. Eu estava no gabinete. Então, aquele Requião prestava, aquele Requião era amor, aquele Requião era



bom, aquele Requião, na hora de te ajudar, prestou, mas daí o senhor fala que vivemos uma bolha ideológica. E comparo aqui, meus amigos Deputados pastores ligados à Igreja, a ideologia na política, a fé na religião, Pastor Amaro, porque às vezes pessoas estão no credo, mas não estão na fé, e o político que faz sem ideologia, Deputado Romanelli, ele não faz política, porque política é cuidar da pôlis, do povo, isso demanda ideologia. Quem faz política sem ideologia está atrás de empregos, favores, e quem sabe, aquela coisa vil de ter apenas o poder. O Requião é duro? É. O Requião é esquentado? É. O Requião é firme? É. E são pessoas firmes, com voz e com coragem, que resolvem problemas. Deputada Mabel, você colocou o pedágio aqui, e escutamos desculpas, não vou entrar no assunto da sua família, que foi realmente uma tragédia, mas escutamos desculpas: “É do Governo Federal, não cabe a nós”. Em 1990, o Governador Requião, aquele Governador que é acusado de ser do ódio, aquele Governador duplicou a ligação com Santa Catarina, sendo uma estrada federal, com o quê? Com coragem, determinação e cuidado com o povo paranaense. Depois o Governador Requião foi a Toledo e a ligação de Toledo e Cascavel, federal, tinha inúmeros acidentes ceifando a vida de paranaenses. Arranjamos desculpas? Ficamos de *mi-mi-mi*? Dissemos que era muito difícil? Não, duplicamos a maldita rodovia e acabamos com os acidentes. Coragem, determinação, honradez e compromisso com o povo paranaense. Vamos falar de transformação e não estou falando aqui de transformação de milho em lagosta, de *nuggets* em hambúrguer, estou falando da transformação da educação paranaense, que sobre a batuta do Governo Requião foi a melhor educação do Brasil, pública e de qualidade. Vamos falar de transformação na segurança pública, onde o Governo Requião nomeou Delegados, deu condições e dignidade à Polícia Militar de trabalho, garantiu evolução na carreira dos nossos policiais.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado Requião.



DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Deputada Mabel, por favor.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Permita-me um aparte. Deputado, quando falam aqui que não podemos pessoalizar, acho que é correto, mas estamos falando de política. As políticas que estão sendo desenvolvidas em relação ao pedágio, são as políticas que afetam os acidentes nas estradas. Quando cobramos aqui que as ambulâncias precisam chegar mais rápido, ou que elas precisam estar nos postos nas estradas, é para evitar justamente acidentes como os relatados pelo Deputado, Líder do Governo, Marcel Micheletto. Inclusive, Deputado Marcel, quero lhe dizer, com profunda tristeza, que ouvi o seu relato aqui, e é claro que choca a todos nós, mas são essas cobranças que fazemos aqui para justamente evitar acidentes como o que aconteceu com sua família e infelizmente acontece com milhares de paranaenses nas nossas estradas. Obrigada, Deputado.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Deputada Mabel, esse pessoal acostumado com o Gaeco, porque de 2017 para cá várias investigações sobre licitações na Prefeitura de Assis estão ocorrendo, inclusive o Ex-Prefeito Pegorara estava respondendo e tem certas pessoas que não estão no processo, porque têm foro privilegiado, elas personalizam os ataques. Aquilo está apertado no coração. Então, eles partem para o ataque pessoal. E em vez de defender um Governo, eles atacam pessoas. E dizem que somos do ódio. Nós que construímos 11 hospitais regionais no Paraná, ampliamos e reformamos outros 33. Somos nós o ódio e a velha política? Ou aquele pessoal que vai falar com seus funcionários tem que ir a um centro espírita, porque são fantasmas? Somos nós que somos do ódio, Deputado Nereu, que levamos ao campo o Trator Solidário. Levamos luz às pequenas propriedades. Garantimos o Fundo de Aval para empréstimos dos nossos agricultores, que levamos ao homem do campo condições para permanecer no campo. Somos nós que somos do ódio, Deputada Luciana



Rafagnin? Ou do ódio são aqueles que priorizam o lucro dos acionistas da Copel em cima e ao custo da vida de povo paranaense? Somos nós que somos do ódio, que mandamos a segurança pessoal do Governador ir para o embate físico com os Policiais Civis na frente do Detran? O Detranzinho na última segunda-feira? Somos nós que somos do ódio, que trabalhamos com fraternidade, trazendo programas como *Luz Fraterna*, como a *Tarifa Social da Água*, investindo no nosso povo paranaense? Não somos nós que somos desligados das pessoas, do pequeno agricultor, dos pequenos municípios. Não somos nós. Nós somos duros? Sim. Somos ácidos? Sim. Usamos a ironia? Muito. O problema é que a ironia, para ser entendida, precisa de certo refinamento intelectual e, às vezes, isso foge às pessoas. Nós que somos do ódio tivemos que ir para o PT. Olhem só. Fomos convidados, por mais de um Partido, e optamos pelo Partido que nos garantiu os nossos discursos sem uma mudança de vírgula, sem um milímetro de negociação, mantendo as nossas bandeiras e as nossas ideias. E temos em outros partidos, como o próprio PDT, o PV e diversos outros, o apoio em uma candidatura que quer devolver o Paraná aos paranaenses. Então, quando nos atacam pessoalmente, porque não têm condições de defender um Governo, que aumente a tarifa de água e de luz, que *pisa no pescoço* do funcionalismo público, entra em greve ontem também a saúde paranaense, polícia insatisfeita, Depen insatisfeita, Civil insatisfeita, saúde insatisfeita, educação insatisfeita. Propaganda nas obras do pedágio para sair na televisão; *outdoor* nas obras do pedágio para sair na televisão, para garantir o bem-estar dos paranaenses a estrada não é nossa. Que absurdo! (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Requião, para concluir, por favor.



DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): É isso que garante, no meu entender, ao meu colega Deputado Fruet, o direito de dizer que este Governo é um Governo covarde, porque, nessas horas, coragem e atitude fazem a diferença. Então, apenas uma última correção ao Ex.^{mo} Deputado Micheletto: o meu pai frequentou a casa do seu pai, não a sua, e hoje sabemos por que.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Guto Silva (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (44 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativas: Ademar Traiano (PSD), por função administrativa; Anibelli Neto



(MDB) conforme Licença, nos Termos do art. 104, I, do Regimento Interno; Douglas Fabrício (CDN), conforme art. 97, § 4.º do Regimento Interno; e Michele Caputo (PSDB) conforme art. 97, § 4.º do Regimento Interno (**4 Parlamentares**); **Deputados ausentes sem justificativa**: Cobra Repórter (PSD), Jonas Guimarães (PSD), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Reichembach (UNIÃO) e Soldado Fruet (PROS), (**6 Parlamentares**).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projeto de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 146/2022**, do Deputado Evandro Araújo, que dispõe sobre a responsabilidade e condições para entrega de produtos e prestação de serviços adquiridos ou contratados *on line* (rede mundial de computadores – internet) ou por meio telefônico e dá outras providências; **Autuado sob o nº 147/2022**, do Deputado Paulo Litro, que institui boas práticas de transparência em contratações públicas do Estado do Paraná.

Projeto de Resolução: (Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 10/2022**, dos Deputados Arilson Chiorato, Requião Filho, Goura, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri e Professor Lemos, que acresce §3.º ao art. 80 da Resolução nº 11, de 23 de agosto de 2016, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, e adota outras providências.

Deputados que apoiam permaneçam como estão. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei nº 433/2021, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Professor Lemos, que concede o Título de Capital do Café



Especial ao município de Pinhalão. Vamos fazer votação simbólica. Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovada a Redação Final.**

ITEM 2 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 62/2020, de autoria do Deputado Paulo Litro, que dispõe sobre a Política Estadual de Valorização da Vida nas instituições de ensino do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Educação e Comissão de Direitos da Juventude. Emenda da CCJ. Substitutivo geral de plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral aprovado em 2.^a discussão. Em discussão o substitutivo geral. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*, por gentileza?

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Goura, *pela ordem*.

DEPUTADO GOURA (PDT): Quero convidar todos os Parlamentares e cidadãos paranaenses na segunda-feira que vem, dia 18, teremos uma Audiência Pública *on-line* nas redes sociais da Assembleia para discutir a pesca artesanal no litoral do Paraná. Discutir as políticas de apoio aos pescadores do nosso litoral. Então, convido aqui, em especial os Deputados que se debruçam sobre esse tema, para



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

que possam participar. Estaremos presencialmente aqui no auditório legislativo e *on-line* nas redes. Então, quem tiver disponibilidade de estar presente, às 9 horas aqui no auditório legislativo. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Estamos aguardando ainda os votos dos Deputados Dr. Batista, Romanelli, Mabel, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Professor Lemos e Ricardo Arruda. Votação encerrada: ***[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Jonas Guimarães, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Fruet e Tercílio Turini (17 Deputados).]*** Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 546/2018, de autoria do Deputado Márcio Nunes, que denomina Olivia Jacometo o viaduto localizado no Km 157 da BR-376, no município de Mandaguaçu. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Registrados a presença nesta Casa do provedor da Santa Casa de Bandeirantes, Sr. Zú Castanho; do administrador da Santa Casa, Sr. Elton de Oliveira; e do Médico, Sr. Fábio, por solicitação do Deputado Romanelli. Obrigado pelas presenças. Estamos aguardando ainda os votos dos Deputados Alexandre Curi, Delegado Fernando Martins, Dr. Batista, Professor Lemos e Requião Filho. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Soldado Fruet e Tercílio Turini (17 Deputados).]** Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^o 546/2018.

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 579/2018, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Beneficente Anjos da Cidadania, com sede no município de Fazenda Rio Grande. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?



DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada:
[*Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (35 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Soldado Fruet e Tercílio Turini (19 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 579/2018.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 31/2020, de autoria dos Deputados Maria Victória e Hussein Bakri, que dispõe sobre a utilização das areias descartadas de fundição (ADF) e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Em discussão o substitutivo geral, ressalvada a subemenda. Para encaminhar, Deputada Maria Victória.



DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas. Peço o voto favorável a este Projeto de Lei n.º 31/2020. É um Projeto que só vem agregar ao Estado do Paraná em termos de meio ambiente. Haverá considerável redução do uso de áreas para a disposição de areias descartadas de fundição, em aterros. A redução do consumo de recursos naturais acontece com a substituição da ADF como agregado na construção civil, fabricação de artefatos de concreto e cerâmica, entre outras utilizações permitidas com este composto. Essa Lei também permitirá o aumento do índice de utilização de resíduos industriais, bem como maior sustentabilidade dos processos de geração e utilização de ADF. Haverá redução também de custo em obras públicas e privadas, com ganhos socioeconômicos na construção de rodovias com aplicação de ADF como base e sub-base, no assentamento de tubulações de rede de esgoto sanitário, entre outras utilizações reguladas nesta Lei. É mais um passo no desenvolvimento sustentável, resultado de empenho desta Casa. Já acontece em vários países desenvolvidos europeus e queremos que aqui, no Paraná, também alcancemos um nível mais avançado de meio ambiente. Por isso peço o voto favorável aos nobres Parlamentares. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Continua em discussão o substitutivo geral. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Delegado Jacovós,*



Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (34 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Professor Lemos, Reichembach, Soldado Fruet e Tercílio Turini (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Substitutivo Geral.

Vamos votar agora a subemenda. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (33**



Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Professor Lemos, Reichembach, Soldado Fruet e Tercílio Turini (21 Deputados.)] Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 271/2021, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede ao município de Jaboti o Título de Capital do Morango do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (33 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo,



*Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Soldado Fruet e Tercílio Turini (21 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 271/2021.***

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 425/2021, de autoria do Deputado Boca Aberta Junior, que dispõe sobre o reconhecimento da Arte do Grafite como cultura a ser protegida e fomentada no âmbito do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Substitutivo geral da CCJ. Substitutivo geral de Plenário com parecer favorável da CCJ, na forma de Subemenda substitutiva geral. Vamos votar a subemenda substitutiva geral de Plenário. Em discussão. Para encaminhar, Deputado Boca Aberta.

DEPUTADO BOCA ABERTA JUNIOR (PROS): Senhor Presidente, quero fazer um agradecimento aqui, antes da votação do Projeto, ao meu amigo Deputado Homero que fez o substitutivo geral que veio para melhorar o Projeto, ao Deputado Goura também que nos ajudou na construção do Projeto. Um Projeto muito importante que vem para reconhecer ainda mais toda a classe artística, todos os artistas do movimento do grafite, a cultura em si do grafite no nosso Estado, hoje tendo o reconhecimento como patrimônio e cultura a ser protegida e preservada no nosso Estado. Tenho certeza de que o Projeto vem para glorificar ainda mais todos os artistas, todos os representantes desse movimento que chegou até nós, principalmente, o pessoal de Londrina, da Escola de Circo de Londrina, que tem um brilhante trabalho, um projeto paralelo também que existe na nossa cidade que tem sido executado, na X de Dezembro, que é uma avenida que liga a nossa cidade de Norte a Sul, que chama Caminhos do Grafite, que tem sido feitas grandes exposições de artes, movimentos culturais lá, na nossa cidade. Ficamos muito felizes com o Projeto sendo aprovado hoje, para que toda essa classe artística hoje possa ter esse reconhecimento, agora, aqui, na Assembleia



Legislativa com a aprovação desse Projeto. E também deixar muito bem claro aqui para muita gente que não tem o conhecimento da arte que estamos aprovando o Projeto que reconhece e valoriza nossa cultura do grafite. Tivemos recentemente, aqui, no Museu do Olho aqui de Curitiba, uma grande obra feita no nosso Museu de Curitiba e também agradecer a todos que trouxeram até nós as demandas para que possamos trabalhar juntos, para valorizar cada vez mais a arte do grafite aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Continua em discussão a subemenda. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (33 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Fruet e*



Tercílio Turini (21 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovada a Subemenda Substitutiva Geral de Plenário**.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 55/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.^o 362/2022, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Andirá. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registrados a presença nesta Casa do Vereador de Cornélio Procópio, Sr. Cristiano Leite Ribeiro; e do Presidente da Associação de Municípios, Sr. Antônio Ferreira, por solicitação do Deputado Romanelli. Obrigado pelas presenças!

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, queria pedir *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Ouvi aqui atentamente o Maurício, o Deputado Maurício, e quero dizer a todos os meus pares: não tenho nenhuma condenação nem em primeiro grau. A minha vida é limpa, transparente, diferente de outros atores políticos que temos no Estado do Paraná. Era isso que queria dizer. Obrigado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Senhores Deputados, precisamos de voto, o quórum está baixo aí. Gostaríamos que os Deputados que ainda não votaram que, por favor, votem.

DEPUTADO PAULO LITRO (PSD): Presidente, aproveitando que os Deputados estão votando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não.

DEPUTADO PAULO LITRO (PSD): Gostaria de registrar a presença aqui do Vereador de Dois Vizinhos, Márcio da Silva, que está acompanhando a Sessão. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Seja bem-vindo! Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (31 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (23 Deputados).] Com 31 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 55/2022.**



ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 90/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 13/2022, que altera dispositivos da Lei n.^o 15229, de 26 de julho de 2006, que dispõe sobre as normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141 da Constituição Estadual. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Estamos retirando. **Esta Presidência retira de ofício.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Temos dois Requerimentos, Líder do Governo, com a discussão adiada de ontem. O Requerimento 855/2022, de autoria do Deputado Goura. (**Requerimento n.^o 855/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, sobre a terceirização de pessoal nas escolas paranaenses.)

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Não, este... Do Fruet, eu acho. Requerimento 851. É isso, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado, temos um do Deputado Arilson Chiorato e outro do... (**Requerimento n.^o 851/2022**, do Deputado Soldado Fruet, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, Sr. Fernando Furiatti Saboia, e ao Presidente da Estrada de Ferro Paraná Oeste-Ferroeste, Sr. André Luís Gonçalves, solicitando esclarecimentos sobre contratos entabulados entre a Ferroeste e diversos escritórios de Advocacia, Via Inexigibilidade de licitação.)



DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Tenho esse. O 851 temos aqui a resposta e queremos passar à assessoria, que o Deputado Soldado Fruet acho que não está aqui, mas encaminhamos para sua assessoria. Então, temos as respostas aqui. Para retirar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Fica retirado então o **Requerimento n.º 851/2022**, mediante resposta. **Retirado pelo autor.**

Deputado Micheletto, e o do Deputado Arilson Chiorato, que é o Requerimento n.º 855?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Podemos fazer... Aqui quero fazer um encaminhamento como expediente, mas já trazer as respostas aí semana que vem.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Está bom. Se vier semana que vem sem problemas, senão pedimos para votar novamente. Está bom?

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Então, encaminhado via expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Isso.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Senhores Deputados, temos o **Requerimento n.º 859/2022**, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 454/2021 ao Projeto de Lei n.º 466/2020, por tratarem de matérias correlatas. Em discussão o Requerimento. Em votação.



Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.**
(Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 864/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de menção honrosa, com expedição de certificado, ao Bispo Dom Antônio Braz Benevente. **Aprovado o Requerimento.** **(Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 856/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Coronel Audilene Rosa de Paula Dias Rocha, da Polícia Militar; ao Cap. QOBM Geovana Angeli Messias, do Corpo de Bombeiros; à Delegada de Polícia Vanessa Alice, da Polícia Federal, a Juliana Buarque de Amorim Batista, da Polícia Federal, e à 2.ª Tenente Tatiana dos Santos Pereira, do Exército Brasileiro; **Requerimento n.º 857/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e envio de votos de congratulações ao município de Capitão Leônidas Marques; **Requerimento n.º 858/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando o registro e envio de moção de apoio à Câmara dos Deputados visando pautar o Projeto de Lei n.º 3.179/2012, de autoria do Deputado Federal Lincoln Portela-PR/MG.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências:

Requerimento n.º 865/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 2 de abril de 2022, para ouvir o Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná, Sr. Saul Dorval da Silva, que disporá sobre o II Plano de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Paraná.



À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 861/2022, dos Deputados Reichembach e Goura, solicitando a inclusão do Deputado Reichembach como coautor do Projeto de Lei n.º 86/2022, de autoria do Deputado Goura.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o inciso I do art. 104 do Regimento Interno (em razão de tratamento de saúde): **Requerimento n.º 860/2022**, do Deputado Anibelli Neto, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do período de 4 a 18 de abril de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 862/2022**, do Deputado Michele Caputo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de abril de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com Ministro de Estado): **Requerimento n.º 863/2022**, do Deputado Guto Silva, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de abril de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 866/2022**, da Deputada Maria Victória, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de abril de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 18 de abril, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

3.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 31/2020 e 425/2021; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 194/2020 e 55/2022; e 1.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 14/2021 e dos Projetos de Lei n.^{os} 548/2018, 16/2021 e 237/2021.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h36, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)